

Introdução do digital e troca de manuais gratuitos

Livrarias dizem que venda de livros escolares já não compensa

Há livrarias nos Açores que desistiram de vender livros escolares porque o negócio já não compensa, devido à introdução dos manuais digitais e aos livros escolares gratuitos.

É o caso da Livraria Solmar, em Ponta Delgada, cujo proprietário, José Carlos Frias, disse ao nosso jornal que “é um negócio que deixou de fazer sentido a partir do momento em que o Governo tomou conta do negócio, promovendo a troca de manuais gratuitos e a compra de manuais digitais”.

Dúvidas sobre a substituição de livros

Segundo este conhecido livreiro de Ponta Delgada, “não discuto a utilização dos dinheiros do PRR para a compra destes instrumentos que substituem os livros, que é uma forma do estado se substituir aos privados, agora tenho muitas dúvidas que tudo isto seja benéfico para os alunos, que deixam de ter o contacto com os livros e passam tudo para digital; é ver o que acontece na Suécia e noutros países, em que estão a reverter esta fórmula”.

Antes da transição digital, as livrarias ganhavam entre 12 e 14% de facturação na venda de livros escolares. “o que não é nada comparado com a restante literatura”, mas agora a facturação caiu a pique e muitos livreiros desistiram do negócio.

No país, mais de 20 mil alunos do 3.º ao 12.º ano vão estudar com manuais digitais neste ano lectivo, no que será a 4.ª fase do Projecto-piloto Manuais Digitais, lançado pelo Governo da República para substituir gradualmente os manuais em papel.

Açores primeiro do que no continente

Já no ano passado os Açores tinham todos os alunos do 5.º e do 8.º ano com acesso a manuais digitais, um projecto que envolveu sensivelmente cinco mil alunos, beneficiando de um investimento de cerca de 2,5 milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

“Este projecto de desmaterialização dos manuais vai muito além da simples transição de um livro para uma utilização do computador, uma vez que permite os alunos terem acesso a outros conteúdos, garantindo aprendizagens mais significativas, dando retorno, em termos avaliativos, das competências que foram adquiridas”, disse então a Secretária da Educação.

Para o uso dos manuais digitais, os alunos receberam equipamentos tecnológicos individuais, o que lhes permitiu dispor de um instrumento essencial para desempenharem também outros trabalhos.

A governante já tinha anunciado que,



até 2026, e de forma gradual, todos os alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e todos os alunos do ensino secundário da Região teriam acesso aos manuais escolares digitais, através de equipamento tecnológico individual.

Professores dão nota positiva

Em Fevereiro deste ano foi divulgado que os primeiros meses de implementação dos manuais digitais nas escolas dos Açores foram classificados como “muito positivos”, numa avaliação feita pelos professores responsáveis pelo projecto em cada unidade orgânica.

Na edição do dia 12 de Julho deste ano, o escritor e professor Telo Nunes, nosso colaborador, escrevia um artigo dedicado a este assunto, onde se podia ler a dado passo: “Estou longe de me assumir contra a digitalização, e mais ainda contra a mudança de paradigmas, não sou extremista ao ponto de pedir que se extingam os «tablet» ou outros dispositivos dentro da sala de aula. Quando bem utilizados, são úteis e isso é irrefutável. Todavia, o que me pareceu extemporâneo e muito perigoso foi a retirada imediata dos manuais escolares das salas de aula. Lamentavelmente, houve alunos que, este ano lectivo, raramente tocaram um livro e lê-lo, enfim... Deixou de se sentir as páginas e o cheiro do livro.”

O recurso exclusivo a «tablet» ou computadores potencia a falta de atenção e concentração, advindas, não apenas das incontáveis funcionalidades que a máquina possui, mas também das constantes notificações, barulhos, falta de bateria ou outros, que a dita emite. Pelo contrário, nos manuais físicos, essa interrupção é residual, aumentando inversamente o tempo e a qualidade da atenção e concentração, que redundam, naturalmente, numa maior retenção de informação e consequente produção de conhecimento. Num breve esforço, recordemos os motivos que estiveram na base da opção pelas aulas assíncronas, aquando dos sucessivos confinamentos a que os nossos alunos estiveram sujeitos. Se me recordo, na altura, garantia-se que a exposição excessiva dos miúdos

aos ecrãs era muito cansativa e perniciosa e, por isso, muito menos proveitosa e recomendável. Minimizaram-se esses problemas recorrendo à assincronia das aulas”.

A Suécia, único país que, desde a década de 1990, conseguiu implementar a educação 100% digital nas escolas, voltou atrás e decidiu investir, ao longo de 2023, 45 milhões de euros na distribuição de livros didáticos impressos.

Famílias estimam agravamento de 20% este ano

Num ano em que muitas famílias enfrentam dificuldades económicas, o início do ano lectivo adivinha-se mais complicado, quando comparado com o ano passado.

Os portugueses esperam gastar com o regresso às aulas em média, 632 euros (+107% face a 2022 – um agravamento de 20%), sendo que 95 euros, em média, se destinam à compra de material escolar essencial.

Em roupa, mobiliário, telemóveis, tablets, computadores e meios de transporte de mobilidade suave como bicicletas e trotinetes, os gastos rondam, em média, 150 euros.

Estes são alguns dos dados avançados pelo Observador Regresso às Aulas 2023, um estudo conduzido pelo Cetelem – marca comercial do grupo BNP Paribas Personal Finance, que também indica que os encarregados de educação cujos educandos frequentam o ensino superior (829 euros) e ensino secundário (626 euros) enfrentam um gasto médio mais elevado face aos restantes.

Custos com a educação são uma fonte de stress

Face ao aumento do custo de vida, os gastos com educação revelam-se uma fonte de stress para 27% dos encarregados de educação, sendo mais evidente entre os que têm educandos a frequentar o ensino privado (32%) que comparam com 27% face ao ensino público.

Adicionalmente, 22% referem temer não conseguir financiar a educação.

Este ano apenas 36% dos encarre-

gados de educação afirmam ter total capacidade para financiar a educação, um decréscimo de 15 pontos percentuais face a 2022.

Já 5% dos encarregados de educação precisam de apoio para financiar a educação.

Em relação à sua situação financeira, cerca de 40% dos encarregados de educação avaliam-na como tendo piorado em 2023 (39%), um aumento de 20 pontos em comparação com o ano passado.

Os encarregados de educação que consideram que a sua situação está igual face ao período homólogo é de 41%.

Os encarregados de educação cujos educandos frequentam o ensino público acreditam que a sua situação financeira é “pior” (32%) e “muito pior” (8%) de forma ligeiramente mais expressiva face ao ensino privado (28% e 6% respetivamente).

Mais de metade dos encarregados de educação não tem poupanças destinadas à educação

55% dos encarregados de educação revela que não tem uma poupança destinada para fins educativos (+16pp. face a 2022), sendo que destes 33% tencionam constituir uma poupança no futuro e 22% não o prevê fazer.

Já 17% dos encarregados de educação que tem uma poupança afirma que não vão gastá-la neste regresso às aulas, enquanto 28% precisará de fazê-lo.

A representação dos encarregados de educação que têm poupanças e irão utilizá-la no regresso às aulas é mais elevada no ensino privado (33%) face ao público (27%).

Por outro lado, os encarregados de educação que não têm uma poupança, mas pretendem vir a constituí-la é mais elevada entre aqueles cujos educandos frequentam o ensino público (34%) face ao privado (27%).

A maioria dos encarregados de educação (96%) vão adoptar medidas para tornar as compras do regresso às aulas menos dispendiosas, sendo que 69% tencionam cingir-se a comprar o que é necessário – um aumento de 10 pontos face a 2022.

Procurar mais promoções (62%), reutilizar material escolar (55%), optar por produtos mais baratos (41%), de marca branca (39%) e packs (19%) ou mesmo recorrer à compra de materiais em segunda mão (11%) são algumas das alternativas encontradas pelos portugueses para fazer face a esta situação.

A maioria destas alternativas são mais populares entre os encarregados de educação cujos educandos frequentam o ensino público, à excepção da compra de materiais usado, mais popular no ensino privado (14%).